

ECONOMIA SOLIDÁRIA E PROCESSO DE INCUBAÇÃO: a experiência da Universidade Federal de Sergipe

Maria da Conceição Almeida Vasconcelos*

Catarina Nascimento de Oliveira**

Kércia Rocha Andrade***

Matheus Pereira Mattos Felizola****

RESUMO

No contexto contemporâneo observa-se a proliferação de diversas iniciativas produtivas com foco na organização do trabalho coletivo autogerido, diante de um cenário de mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho, acompanhadas de diversas transformações não só nas formas de gestão, mas de organização do sistema produtivo. Este cenário tem trazido rebatimentos para os trabalhadores com a diminuição de postos de trabalho, trabalhos precários, aumento da informalidade etc. Diante dessa situação, vários trabalhadores passam a encontrar outras possibilidades de gerar renda, dentre elas a economia solidária. São iniciativas produtivas que têm procurado trilhar um caminho diferente da forma como foi iniciada a história do cooperativismo brasileiro e têm contado com a contribuição da academia para auxiliar no processo de constituição e desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários que desejam trabalhar sob o enfoque da autogestão. Este artigo tem como objetivo mostrar a experiência desenvolvida pela equipe do Núcleo da Unitrabalho/Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no campo da economia solidária, especificamente da atividade de incubação. O Núcleo/Incubadora/UFS vem desenvolvendo três linhas de ação: formação de formadores; formação periódica da equipe da Incubadora; trabalho de acompanhamento sistemático junto aos empreendimentos. O processo de incubação tem exigido a adoção de algumas diretrizes metodológicas, cuja base apoia-se em processos pedagógicos construídos com base em experiências, trocas de saberes, conhecimentos e de estratégias comunicacionais que objetivam dar maior visibilidade interna e externa às ações desenvolvidas. Esse caminho tem revelado que é preciso compreender várias nuances que envolvem a postura da equipe envolvida na incubação, as condições objetivas enfrentadas pelos empreendimentos, a necessidade de políticas públicas que apoiem os grupos, mudanças culturais, entre outros.

Palavras-chave: Economia solidária – Incubação – Metodologia

* Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Coordenadora da Unitrabalho/Incubadora/UFS. E-mail: calmeida@infonet.com.br

** Professora Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Vice-Coordenadora da Unitrabalho/Incubadora/UFS. E-mail: catarinanoliveira@hotmail.com

*** Assistente Social. Técnica da Unitrabalho/Incubadora Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: rciarocha@hotmail.com

**** Professor assistente do Departamento de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: aracaju@infonet.com.br

ABSTRACT

SOLIDARY ECONOMY AND INCUBATION PROCESS: an experience from the Federal University of Sergipe.

In the contemporary world, we may observe the proliferation of diverse productive initiatives focusing self-managed collective work, in the face of a scene of changes which are occurring in the world of work, followed by some transformations not only in the forms of management, but of organization of the productive system. Such scene has brought striking for the workers with the reduction of ranks of work, precarious works, increase of informality, etc. In the face of this situation, some workers began to look for other possibilities to generate income, among them we can mention solidary economy. They are productive initiatives that have looked to follow a way different from the history of the Brazilian cooperatives. They have counted with academic contribution in the sense of assisting in the process of constitution and development of solidary economic enterprises wanting to work under the approach of self management. This paper aims to show the experience developed by the team of the Center of Technological Unitrabalho/Incubator of Solidary Economic Enterprises of the Federal University of Sergipe - UFS in the field of solidary economy, specifically in the activity of incubation. The Nucleus/Incubadora/UFS has been developing along three lines of action: teachers' formation; the periodic formation of the team of the Incubator; and the work of systematic follow up to the enterprises. The incubation process has required the adoption of some methodological lines of direction, whose base is supported in constructed pedagogical processes from experiences, exchanges of knowledge and of communications. Those strategies aim to give greater internal and external visibility to the developed actions. It has revealed that it is necessary to understand the several nuances that involve the position of the team involved in the incubation, the objective conditions faced by the enterprises, the necessity of public politics that support the groups, cultural changes, among others.

Keywords: Solidary economy – Incubation – Methodology

A economia solidária como uma possibilidade de gerar renda no contexto contemporâneo

Estudos mostram que, nos últimos tempos, tem havido um aumento das iniciativas produtivas com foco no trabalho coletivo solidário e autogerido (Gaiger, 1999; Singer, 2000; Berttuci & Silva, 2003; Houltart, 2001). Experiências diversas estão configurando uma realidade presente não só no Brasil, mas em toda parte do mundo, cujo objetivo maior é construir outras maneiras de organização produtiva, diferentes daquelas características do sistema capitalista, cujo propósito é a exploração do trabalhador e o lucro (VASCONCELOS, 2007).

A economia solidária tem se apresentado como uma dessas possibilidades de gerar renda. Como diz Singer (2006), ela aparece como estratégia de outro desenvolvimento, cujo fundamento é a negação da economia capitalista. Em seu eixo central, a solidariedade trava um confronto direto com as definições de individualismo e competição exacerbada do capitalismo. Com a economia solidária, visualiza-se a criação de processos de trabalho com outras relações sociais produtivas, orientados para o estímulo ao trabalho coletivo e à justiça social, visando à consolidação da cidadania. Tal economia (re)aparece diante de um cenário de transformações do mundo do trabalho por meio de todo um processo de reestruturação produtiva, decorrente não

só de mudanças que estão se processando na base produtiva, mas da recomposição da divisão internacional do trabalho, da adoção das ideias neoliberais e do processo de globalização em curso.

Vive-se, portanto,

um novo momento do capitalismo, cujas características fundamentais estão assentadas na hegemonia do capital financeiro, na flexibilização do trabalho e do trabalhador e na desregulamentação e liberalização sustentadas no modelo neoliberal, que visa a mais completa mobilidade, liberdade e mundialização do capital (DRUCK, 2001, p.81).

Os reflexos desse novo cenário recaem sobre os trabalhadores que vivenciam situações de desemprego, dificuldades, cada vez maiores, de inserção no mercado formal de trabalho, trabalhos temporários e instáveis. Há uma recomposição do emprego formal que envolve maior insegurança, elevada concorrência, face ao desemprego, e flexibilização dos processos de trabalho, aliadas a mudanças significativas na base produtiva das empresas, que levam à reorganização da produção e do trabalho, inovações tecnológicas e, em consequência, maior competitividade e produtividade do trabalho. Segundo Pochmann (2001), durante a década de 1990, a cada 10 empregos criados, 2 eram assalariados, porém sem registro formal.

Dos 13,6 milhões de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho, nos anos de 1990, apenas 8,5 milhões obtiveram acesso a algum posto de trabalho, gerando um excedente de mão de obra de 5,1 milhões de desempregados. Em outras palavras, somente 62,5% das pessoas que se inseriram no mercado de trabalho encontraram uma vaga” (POCHMANN, 2001, p.103).

No caso de Sergipe, estudos como o de Lacerda (1999, p.7-8) demonstram que (...) “na década de 70, os investimentos públicos nas três esferas de Governo, envolvendo a administração direta, indireta e estatais, cresceram 9,6% ao ano. Na década de 80, houve uma desaceleração e o aumento dos investimentos públicos passou para 3,1% ao ano. Contudo, na década de 90, a situação tornou-se particularmente grave, tendo os investimentos públicos recuado 9% ao ano no Nordeste, entre 90 e 93, e 6,3% entre 90 e 96”.

Como já mencionado anteriormente, esse cenário tem levado muitas pessoas a encontrarem outras

formas de gerar renda. Hoje é comum encontrar várias iniciativas produtivas nas quais os trabalhadores organizados de forma coletiva administram o seu próprio negócio, na tentativa de buscar alternativas para gerar trabalho e renda diante do desemprego, da impossibilidade de retornar ao mercado formal de trabalho e/ou mesmo diante do fato de nele nunca ter conseguido inserir-se diante de padrões que exigem escolaridade, experiências profissionais, qualificações, dentre outros.

No Brasil, a partir dos anos de 1990, há uma proliferação do número de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) cujas razões, segundo mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), estão relacionadas principalmente aos seguintes aspectos: alternativa ao desemprego (31,5%), complemento da renda dos seus sócios (14%) e obtenção de maiores ganhos com a atividade associativa (16%); acesso a financiamento (13%). Neste mapeamento, foram identificados 21.859 EES, considerando-se cooperativas, associações de produtores, grupos de produção, clubes de troca, feiras etc. O maior número desses empreendimentos, considerando-se a distribuição territorial, encontra-se na Região Nordeste (4,5%). A maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associações (52%), seguida dos grupos informais (36,5%) e organizações cooperativas (10%). Os ramos de atividades mais comuns estão relacionados com a agropecuária, extrativismo e pesca (41%), alimentos e bebidas (17%) e diversos produtos artesanais (17%).

Em Sergipe, foram mapeados 471 EES, dos quais a grande maioria está caracterizada como grupo informal (48%). É relevante também a presença de associações (37%); já as cooperativas aparecem com 14%. Há empreendimentos em todos os territórios sergipanos, com predominância para a grande Aracaju. Dentre as dificuldades apresentadas pelos EES, estão aquelas relacionadas à qualidade dos produtos, comercialização, mas também aos processos de gestão.

Segundo Gaiger (1999, p.3), no campo da economia solidária “(...) contam-se hoje empreendimentos os mais diversos, de caráter familiar ou comunitário, sob forma de sociedades informais, microempresas ou cooperativas de trabalhadores. Identificam-se por seus princípios de equidade e

participação, que procuram colocar em prática, organizando-se de forma autogestionária e democrática”. Boa parte dessas experiências tem procurado trilhar outro caminho que favoreça a participação de todos os envolvidos nos empreendimentos, não só na gestão, mas também no usufruto dos bens e serviços.

Segundo (LIANZA, 1999), os exemplos são os mais diversos: empregados de empresas em processo falimentar assumem o seu controle e o desafio de construir modelos de autogestão democráticos e eficazes, capazes de garantir a sobrevivência e expansão daquelas empresas no mercado; o processo de terceirização, no qual muitas vezes os empregados das empresas terceirizadas oriundos de firma contratante acabam formando cooperativas; prefeituras municipais e governos estaduais, quando estimulam a criação de empreendimentos econômicos solidários, bancos comunitários etc. Assim, multiplicam-se as iniciativas de geração de trabalho e renda vinculadas aos setores populares e que têm como base a forma solidária, associativa e autogestionária, na perspectiva de sua emancipação, ou seja, são empreendimentos com projetos produtivos coletivos e/ou de prestação de serviços que estão contribuindo para o aparecimento de novos espaços sociais e constituição de outros atores sociais.

Se anteriormente essas experiências tinham um caráter pontual, fragmentário e isolado, hoje dão lugar a uma realidade que se expande, chamando a atenção de organismos da sociedade civil, do poder público e entidades de classe. Em nível do governo, em suas três instâncias, convém destacar, no âmbito federal, a criação da SENAES, em 2003, e, em âmbito estadual, algumas iniciativas por meio da criação de Legislações, Secretarias e Departamentos que tratam da temática da economia solidária.

Essas iniciativas produtivas têm procurado trilhar um caminho diferente da forma como foi iniciada a história do cooperativismo brasileiro e têm contado com a contribuição da academia para auxiliar esses grupos no processo de discussão e operacionalização de empreendimentos solidários sob o enfoque da economia solidária. As atividades de extensão em algumas universidades ampliaram-se a fim de prestar assessorias a grupos populares,

não só no que diz respeito ao processo organizativo, mas também em atividades de geração de trabalho e renda, como é o caso da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

O processo de incubação da UFS: relato de experiência

A UFS já possuía uma gama de ações no âmbito da extensão acadêmica na área do trabalho, vinculada à educação profissional, à alfabetização nos projetos de reforma agrária, à erradicação do trabalho infantil, entre outros. No ano de 1997, considerou importante a sua vinculação à Rede UNITRABALHO, razão pela qual criou o Núcleo Local da Unitrabalho, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão. Inseriu-se, inicialmente, em algumas atividades de pesquisa, dentre as quais o mapeamento da produção acadêmica sobre o mundo do trabalho. Até então, as temáticas mais frequentes estavam relacionadas com as discussões sobre a reestruturação produtiva, movimento sindical e educação profissional. A economia solidária passou a fazer parte das discussões do Núcleo Local da UNITRABALHO/UFS na medida em que se discutia com os movimentos sociais e no âmbito da academia temas relacionados com o desemprego e as múltiplas formas de inserção produtiva. Em Sergipe, já tínhamos, como exemplo, a formação de uma empresa gerida pelos próprios trabalhadores, a Cooperativa dos Trabalhadores de Confecções de Sergipe LTDA (COOPERVEST), além da presença de outros segmentos que demandavam da universidade a assessoria para a criação dos seus empreendimentos. Em outras instituições de ensino superior do país, a exemplo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/COOPE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), já estavam sendo criadas instâncias que recebiam o nome de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), formadas por docentes, estudantes e técnicos que prestavam assessoria a grupos populares na formação de suas cooperativas, associações, redes solidárias etc.

Na UFS, essas discussões andaram mais lentamente. Foram muitas as reuniões, seminários, debates até o momento da definição e instalação

da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários (ITEES), que veio a ocorrer em junho de 2001. Passou-se primeiro por uma experiência piloto desenvolvida junto a um grupo de mulheres residentes nos bairros Rosa Elze e Rosa Maria, entorno da UFS, que serviu de base para análises importantes, inclusive quanto aos procedimentos metodológicos a serem adotados no processo de incubação.

Trabalhar com grupos associativos não era algo novo na universidade. Historicamente, em suas atividades de extensão e de trabalhos comunitários, ações vinculadas à geração de renda sempre estiveram entre as atividades desenvolvidas. O que chamava a atenção, entretanto, a partir do final dos anos de 1990, era o aumento dessas demandas, tanto para a realização de estudos e pesquisas quanto em relação à necessidade de assessorias aos grupos produtivos. Tais demandas chegavam por meio de seminários, palestras, cursos ou solicitações oriundas de comunidades residentes no entorno da universidade e fora dele, inclusive do interior do estado. As reflexões da equipe do Núcleo Local/UNITRABALHO/UFS indicavam a necessidade de mapear o que estava acontecendo no estado. Diante da dificuldade de fazer esse mapeamento, centrou-se o estudo sobre o cooperativismo em Sergipe. Ainda no ano de 2002, uma pesquisa foi realizada, com resultados que indicavam a proliferação do cooperativismo no estado, agora não mais com ênfase no setor rural, mas em atividades urbanas. Os dados revelaram uma relação direta com as mudanças que se processavam no mundo do trabalho, permeadas por um crescimento acentuado do desemprego, mas também pela redefinição do papel do Estado, via privatização de empresas públicas, programas de demissões voluntárias, entre outros (VASCONCELOS, 2007).

A partir de então, as ações de incubação passaram a ter maior visibilidade, com crescimento gradativo do trabalho desenvolvido. Atualmente estão sendo incubados 12 grupos nas atividades produtivas de confecção, alimentação, artesanato e resíduos sólidos, caracterizados como cooperativas, associações e grupos de produção.

O Núcleo/Incubadora/UFS vem desenvolvendo em sua atividade de incubação três linhas de ação: formação de formadores cujo propósito é

capacitar técnicos de diversas instituições públicas que desenvolvem ações na área de geração de renda, representantes dos movimentos sociais, associações, ONGs; formação periódica da equipe da Incubadora; trabalho de acompanhamento sistemático com a formação continuada desenvolvida junto aos empreendimentos.

O trabalho desenvolvido pelo Núcleo/Incubadora/UFS relativo à formação de formadores tem como propósito capacitar técnicos de diversas instituições públicas, representantes dos movimentos sociais e ONGs que desenvolvem ações na área de geração de renda com foco na economia solidária, como forma de multiplicar os conhecimentos e saberes, socializar experiências de incubação, com vistas a atender melhor a demanda oriunda da sociedade. Além disso, tem-se também a capacitação feita junto aos parceiros por meio de grupos de estudos, reuniões técnicas, dentre outros. A equipe da incubadora/UFS conta ainda com a participação em fóruns de discussão, seminários, grupos de trabalho e eventos específicos sobre a economia solidária. Todos esses momentos têm sido fundamentais para atualização dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento de ações relativas à temática.

Já com relação à atuação do Núcleo/Incubadora/UFS no processo de formação da equipe, o objetivo é manter atualizada a linguagem, o conhecimento e a troca de experiências na perspectiva de levar para a discussão com os grupos elementos que possam contribuir para a gestão, a produção, as relações interpessoais, comercialização, dentre outros, na tentativa de alcançar outra forma de compreensão sobre as formas de produzir e viver. Tal formação dá-se de forma continuada por meio de oficinas, grupos de estudos, participação em eventos etc.

No que diz respeito ao acompanhamento sistemático dos grupos que desejam constituir e organizar seus empreendimentos, ocorre por meio de um processo educativo, pela via da disseminação de conhecimentos teóricos e técnicos produzidos no âmbito da universidade, e também por experiências e conhecimentos daqueles que estão inseridos ou desejam iniciar seus empreendimentos. É, portanto, um processo que envolve a construção e reconstrução de saberes, sempre numa relação dialógica e de interação entre a equipe da incubadora, os cooperados/associados e parceiros.

Essa construção acontece mediante uma ação educativa que compartilha e troca saberes e experiências, respeitando-se a cultura e a história dos cooperados/associados, o saber fazer, o saber acumulado dos trabalhadores envolvidos no trabalho coletivo autogestionário. Assim, não se tem a intenção de “transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1999, p.25), tendo em vista que se trata de “um processo pedagógico educativo, que deve ser criativo, de ação coletiva e modificador da realidade” (CULTI, 2006, p.4).

A equipe do Núcleo/Incubadora orienta na constituição e organização dos empreendimentos, abrangendo os aspectos administrativos, de gestão, jurídicos, contábeis, elaboração de planos de negócio, entre outros. A formação ocorre de maneira continuada e “integrada nas dimensões administrativa, técnica e política [...] fundamentalmente por meio de oficinas com aprendizagem teórica e prática, articulando-se conhecimentos técnicos sobre a atividade fim do empreendimento” (EID s/d).

Portanto, a incubação envolve algumas etapas metodológicas que auxiliam na organização dos trabalhos da incubadora. A metodologia de incubação deve ter a clareza da necessidade de superar a fragmentação do conhecimento por intermédio de um processo interativo entre os agentes externos, cooperados/associados. Cada realidade demanda a utilização de estratégias e ferramentas pedagógicas que indicam possíveis caminhos a serem trilhados no processo de incubação, razão pela qual essas etapas não podem ser pensadas de forma linear, dependem do estágio em que se encontra o empreendimento, sua história, cultura e da dinâmica do mesmo, envolvendo, entre outros:

1. contatos iniciais com os grupos que demandam incubação;
2. levantamento/mapeamento da trajetória ocupacional e pessoal dos interessados, bem como os objetivos e motivos de cada interessado para a formação do empreendimento;
3. formação do grupo beneficiário;
4. discussão sobre o cooperativismo e associativismo e suas modalidades em relação à empresa privada;

5. avaliação de alternativas e decisão sobre a atividade-fim do empreendimento, tais como: pesquisa de mercado, concorrentes, pré-projeto econômico-financeiro;
6. avaliação sobre as possibilidades de parceria;
7. avaliação das possibilidades de inserção em cadeia produtiva, assim como em planos/políticas de desenvolvimento local ou regional e elaboração de Planos de Negócios;
8. capacitação técnica;
9. capacitação administrativa;
10. elaboração do estatuto e regimento interno do empreendimento;
11. legalização do empreendimento;
12. acompanhamento sistemático ou assessoria pontual para inserção e manutenção do empreendimento no mercado e conquista da autonomia;
13. avaliação do grau de autonomia do grupo;
14. final do processo de incubação (CULTI 2006; EID s/d).

Todas essas ações, considerando-se a incubação como processo pedagógico, exigem, como já mencionado, que se observe o estágio em que se encontram os empreendimentos, uma vez que estes inserem-se no processo de incubação em momentos diferenciados. Alguns demandam um processo de acompanhamento desde o início de sua formação, enquanto outros já estão constituídos legalmente sob a forma de cooperativas e/ou associações e procuram o Núcleo/Incubadora principalmente para auxiliar no processo de gestão. Também existe uma variação na forma como os empreendimentos demandam a ação da incubadora. Há aqueles que conhecem o trabalho desenvolvido por meio de seminários em que a equipe da Núcleo/Incubadora está participando; outros sabem por meio de parceiros que já estão trabalhando com eles; há ainda os que demandam ações baseadas no desenvolvimento de programas e/ou projetos de extensão da universidade; como também aqueles que tomam conhecimento na própria comunidade, com base no trabalho desenvolvido com empreendimentos da localidade.

Percebe-se também um desenvolvimento diferenciado de cada empreendimento. Observa-se que quando as pessoas envolvidas no grupo exercem outra atividade produtiva e/ou recebem algum benefício social, o desenvolvimento do grupo é mais lento. Quando os membros do empreendimento só têm a renda oriunda deste trabalho, o desempenho é diferente, há mais motivação, iniciativas e é notório o esforço coletivo para viabilizar as dificuldades enfrentadas. Outros aspectos podem ser levados em consideração a respeito do desenvolvimento dos grupos, como a questão de gênero, urbano/rural, aspectos etários etc. No que diz respeito à questão urbano/rural, observa-se que boa parte das pessoas que participam dos empreendimentos urbanos encontra-se comprimida pela pressão do desemprego e sem outras opções de gerar renda, o que muitas vezes as faz desistirem do trabalho coletivo autogerido. No meio rural, mesmo que também sofram com as questões do desemprego, verifica-se uma maior experiência associativa e complemento da renda com atividades subsidiárias vinculadas à atividade agrícola. A questão de gênero está muito presente entre os participantes dos grupos incubados. É maior a participação feminina, exceto naqueles empreendimentos da área rural e resíduos sólidos. As mulheres estão adquirindo experiências importantes ao deixarem seu mundo privado e adentrarem o espaço público, principalmente a fim de participarem de outros campos societários antes desconhecidos; de terem a possibilidade de contribuir com a renda familiar; de assumirem uma condição de maior independência frente aos seus companheiros. Na verdade, todo o processo de incubação tem propiciado um aprendizado contínuo não só para as mulheres, mas para aqueles que trabalham na perspectiva da autogestão.

Esse aprendizado diário é fundamental no processo de incubação, tendo em vista que, por meio dele, é possível não somente a assimilação de conhecimentos técnicos e teóricos, mas também o exercício de valores e princípios, bem como o estabelecimento de uma rede de relações que refletem na vida das pessoas envolvidas nos empreendimentos. A troca de experiências, as vivências pessoais e profissionais somam-se ao processo de incubação como elementos importantes na formação que se dá não apenas nos seminários, palestras, reuniões,

mas principalmente no cotidiano do trabalho. Os empreendimentos, a partir do momento de adesão ao processo de incubação, são inseridos no plano de formação, elaborado com base nas demandas e especificidades oriundas da realidade dos mesmos. Nesse sentido, um plano geral de formação é discutido entre a equipe da incubadora e os grupos, com base no qual definem-se as necessidades de qualificação em seus diversos aspectos:

1. formação social e política – análise de conjuntura, mudanças no mundo do trabalho, economia solidária e empreendimentos econômicos solidários, desenvolvimento local e integração grupal;
2. qualificação para empreendimentos – princípios de gerenciamento, legalização do empreendimento, orientação contábil e jurídica e elaboração de um plano de negócios, com a participação direta dos cooperados/associados;
3. habilidades técnicas por empreendimentos – demandas específicas de cada grupo, com foco na qualidade dos produtos;
4. comercialização – participação em feiras, eventos e, em alguns casos, em espaços públicos, cedidos ou privados.

A formação, além dos cursos, oficinas e seminários, acontece também nas reuniões periódicas realizadas pelos técnicos, docentes e estagiários que compõem a equipe do Núcleo/Incubadora, quando são discutidos diversos temas, utilizando-se para tanto de ferramentas pedagógicas a exemplo das dinâmicas de grupo. Todo esse processo visa reforçar elementos do trabalho coletivo e autogerido, além do exercício prático necessário ao cotidiano da organização e administração coletiva do empreendimento.

Portanto, o processo de formação permeia todas as etapas da incubação e, como tal, também não acontece de forma linear, tendo em vista as demandas e estágios em que se encontra o grupo. Compreende diferentes momentos, cuja preocupação é envolver elementos e conteúdos que auxiliem na qualificação técnica e política dos envolvidos no processo de incubação, tendo-se como norte a autogestão. Nessa perspectiva, a formação também

tem ocorrido por meio da utilização de estratégias comunicacionais, um elemento importante do trabalho do Núcleo/Incubadora UFS, contando-se, para tanto, com o envolvimento de docentes e discentes da área de comunicação social, que vêm realizando diversas ações com vistas a propiciar a visibilidade do Núcleo/Incubadora, bem como contribuir com a comercialização dos produtos dos empreendimentos incubados.

A comunicação social como estratégia no processo de incubação

A área de comunicação social tem sido extremamente importante nas organizações, pois é o elo natural entre estas e os seus diversos públicos, transformando-se cada vez mais em um elemento vital na troca de informações entre o microambiente das organizações e os ambientes culturais, sociopolíticos e econômicos que a englobam.

Em organizações modernas e voltadas para as mudanças, não há mais espaço para o modelo comunicacional focado na publicação de notícias sobre a organização e no despertar da atenção da mídia, em uma comunicação de mão única, sem troca de informações.

É necessário estabelecer e manter canais de comunicação entre as instituições e a sociedade em geral, que se movimentam bilateralmente, mantendo sempre aberto os caminhos pelos quais a sociedade pode manifestar-se junto às organizações, promovendo, dessa forma, a interlocução entre todas as partes.

Os mecanismos para a concretização dessa comunicação, seja externa ou internamente, podem ser feitos por meio oral, escrito, eletrônico ou por meio de outros canais informais. Dentro do processo comunicacional do Núcleo/Incubadora, pode-se dizer que ele tem como função principal divulgar as ações desenvolvidas pela equipe mediante notícias em jornais, rotinas de clipagem, televisão, sites, blog e newsletter de forma a propagar tanto as informações que beneficiam o público externo, como as atividades e ações do público interno. Da mesma forma, tem-se como preocupação, utilizando-se também desses canais, divulgar os produtos oriundos dos

empreendimentos incubados, bem como realizar capacitações a fim de utilizar estratégias de comunicação para divulgar seus produtos. Além disso, convém destacar a utilização do design participativo que possibilita o envolvimento direto dos participantes dos empreendimentos nos momentos de elaboração de suas marcas, confecção de cartões de visita e catálogos.

Conta-se também com o registro fotográfico dos diversos acontecimentos organizados pela Núcleo/Incubadora. Como a assessoria não dispõe de um profissional específico para a função, a própria equipe realiza os registros. Podem-se elencar atividades como:

- Divulgação das ações da Núcleo/Incubadora;
- Relacionamento com a imprensa – são encaminhados e-mails, ou feito contato por telefone, com sugestões de pautas e fontes;
- Produção de *releases*;
- *Mailing List*¹;
- Manutenção do blog da Núcleo/Incubadora. Página da internet em que as informações são atualizadas semanalmente;
- Informe Unitrabalho eletrônico-informativo semanal, que contém o resumo das notícias de maior relevância que foram divulgadas no blog.

O processo comunicacional da Unitrabalho/Incubadora UFS não se limita apenas à comunicação no próprio blog, mas à utilização de outras vias como MSN, Orkut, Twitter, Second Life e Skype. É importante observar que os símbolos, valores utilizados na tecnologia da informação, possibilitam a comunicação em redes de discussão espalhadas pelo país. A articulação com outras associações permite que a Núcleo/Incubadora conte com parcerias na troca de *banners* com outros movimentos. Todo esse processo tem contribuído para as ações

¹ A *Mailing List* ou *Mala Direta* é uma lista de endereços de destinatários aos quais a Assessoria de Imprensa envia comunicados, notas, credenciais ou brindes com o propósito de incentivar a publicação de determinada informação. A *mailing* geralmente é composta por endereços de jornalistas especializados no tema da atividade do assessorado.

desenvolvidas no Núcleo/Incubadora, favorecendo, por meio de sua política de comunicação, uma maior visibilidade, utilizando-se de estratégias que sensibilizam formadores de opinião, por meio de uma campanha institucional com poucos recursos financeiros e com a internet como principal meio de comunicação.

O processo de incubação: algumas considerações

O processo de incubação tem sido um aprendizado para os membros dos empreendimentos, parceiros e para a equipe da incubadora. Tem-se observado uma constante vigilância para não se repetir práticas históricas de tutela e subserviência próprias da formação sócio-histórica do Brasil. Esses elementos são muito visíveis entre os participantes dos empreendimentos, fato que tem suscitado cuidados na equipe nesse sentido.

Além disso, no processo de incubação é importante considerar e entender os tempos diferenciados dos grupos, da equipe e das instituições financeiras. Trabalha-se com grupos sociais que precisam de respostas no curto prazo, e a incubação exige uma perspectiva no médio e longo prazo, por isso é importante que o grupo acredite no projeto, na equipe e tenha clareza do papel da incubadora desde os primeiros contatos.

Trata-se de um processo de formação de outra forma de trabalho, cujo foco centra-se na cultura da autogestão. O enfrentamento da cultura individualista na forma de pensar e agir não se dá de forma tranquila e ocorre muito lentamente. Observam-se dificuldades em compreender o sentido do trabalho coletivo autogerido; de romper com o individualismo; de enfrentar novas rotinas e procedimentos diferenciados daqueles vivenciados antes da inserção nos EES; no exercício da gestão cotidiana participativa; na partilha do poder.

Durante o processo de incubação, várias dificuldades são apresentadas pelos grupos, que vão além das possibilidades concretas do trabalho de incubação. São pessoas com capacidade produtiva, cujas condições objetivas muitas vezes não permitem um avanço do processo de sustentabilidade e viabilidade dos empreendimentos, uma vez que

não possuem recursos financeiros para iniciar seus negócios, para a compra de equipamentos, não dispõem de instalações físicas e de espaços de comercialização. Embora a equipe busque alternativas por meio da elaboração de projetos, concorrência em editais, contatos com agências de fomento, dentre outros, na maioria das vezes isso não se concretiza, principalmente no que diz respeito ao capital de giro.

Tais questões poderiam ser melhores equacionadas se houvesse a presença mais efetiva de políticas públicas para os segmentos inseridos no campo da economia solidária. Não se pode negar alguns avanços no trato desta temática por parte do governo federal e de alguns estados e municípios. Além disso, é perceptível a presença de fóruns, conferências e debates, mas ainda há um longo caminho a percorrer quanto à consolidação de uma política pública neste campo. É notória, ainda, a ausência de uma política de crédito que auxilie na constituição e desenvolvimento dos EES; a necessidade de criação de um Fundo de Desenvolvimento de Economia Solidária; a existência de um programa de âmbito nacional capaz de canalizar ações efetivas nesse campo; a criação de um marco jurídico próprio da economia solidária; além de um maior reconhecimento por parte das instâncias governamentais. Esses, dentre outros, são alguns dos desafios enfrentados pelos empreendimentos. Além disso, os grupos incubados sentem dificuldade com as limitações dos editais com tempo definidos de execução, o pouco investimento em infraestrutura de base para produção, distribuição, comercialização e consumo de produtos e serviços, que acabam comprometendo o desenvolvimento produtivo dos EES.

Entretanto, mesmo diante de algumas dificuldades, o processo de incubação tem contribuído para: a construção de uma nova sociabilidade; a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas nos EES; a produção do conhecimento como processo; uma divisão do trabalho com base na solidariedade e centrada em relações horizontais, construídas com base na cultura local; a constituição de redes sociais, demonstrando-se, assim, possibilidades de construção de outras formas de produzir e viver.

REFERÊNCIAS

- BERTUCCI, Ademar de A.; SILVA, Roberto M. A. da. **20 anos de economia popular solidária**. Brasília, DF: Cáritas Brasileira, 2003.
- CULTI, Maria Nezilda. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. Tese (Doutorado em educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- DRUCK, Graça. Qualificação, empregabilidade e competência: mitos versus realidade. In: GOMES, Álvaro. **O trabalho no século XXI**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.
- EID, Farid. Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da Unitrabalho e sobre metodologia de incubação. Disponível em: www.unitrabalho.org.br. Acesso em: maio de 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GAIGER, Luís Inácio. O trabalho ao centro da economia popular. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 13., 1999, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 1999.
- HOUTART, François. A economia solidária em seu contexto global. **Revista de Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul: UNISINOS, n.159. 2001.
- LACERDA, Ricardo. Geração de emprego e renda. In: **Pensar Sergipe**. São Cristóvão: Ed. UFS, 2000.
- LIANZA, Sidney. Um projeto de combate à exclusão. In: GUIMARÃES, Gonçalo (Org.). **Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate**. São Paulo: Cadernos Unitrabalho, 1999.
- POCHAMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SINGER, Paul. **Economia solidária no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. Economia solidária no Brasil. In: CONFERENCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2006.
- VASCONCELOS, Maria da Conceição A. **Além da geração de trabalho e renda: economia solidária e participação de cooperados/associados em Sergipe**. Tese (doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

*Recebido em 08.05.10
Aprovado em 21.06.10*